

1 **Ata da 252ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE CONSELHO PLENO do CFESS,**  
2 **ocorrida por meio de híbrido, no dia 08 de abril de 2022,**  
3 **Gestão 2020-2023 – Melhor Ir à Luta com Raça e Classe em Defesa do Serviço Social.**  
4

5 Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois reuniram-se, por meio de  
6 videoconferência (Plataforma *Teams*), as conselheiras constantes da lista de presença em termo  
7 próprio, para participarem da 252ª Reunião Extraordinária do Conselho Pleno, conforme  
8 convocação, por meio da Comunicação Interna CFESS Nº 29/2022, de 06 de abril de 2022  
9 (convocação). Estiveram presentes as(o) seguintes conselheiras(o): Maria Elisabeth Santana  
10 Borges (Conselheira Presidenta); Daniela Moller (Conselheira 2ª secretária); Francieli Piva  
11 Borsato (Conselheira 1ª Tesoureira); Elaine Pelaez (Conselheira 2ª Tesoureira); Lylia Rojas  
12 (Membra do Conselho Fiscal); Priscilla Cordeiro Cruz de Barros (Membra do Conselho Fiscal);  
13 Alessandra Dias (Membra do Conselho Fiscal); Carla Alexandra Pereira (Conselheira 1ª  
14 Suplente); Mauricleia Soares dos Santos (Conselheira 2ª Suplente); Agnaldo Engel Knevitiz  
15 (Conselheiro 3ª Suplente); Dilma Franclin de Jesus (Conselheiro 4º Suplente); Ruth Ribeiro  
16 Bittencourt (Conselheira 6ª Suplente); Maria Eunice Ferreira Damasceno Pereira (Conselheira 7ª  
17 Suplente); e Kênia Augusta Figueiredo (Conselheira 8ª Suplente). Não participaram desta  
18 reunião: Maria Rocha (Conselheira Vice-Presidenta); Dácia Cristina Teles Costa (Conselheira 1ª  
19 secretária); e Emilly Marques Tenório (Conselheira 5ª Suplente) por situação de foro pessoal.  
20 Cumpre registrar que a Conselheira 1ª Tesoureira Kelly Melatti está licenciada no período de 21  
21 de fevereiro a 30 de maio de 2022, por meio da Resolução Cfess Nº 989, de 24 de fevereiro de  
22 2022. Durante a maior parte da reunião estiveram presentes as assessorias especiais Cristina  
23 Abreu, Zenite Bogéa e Adriane Tomazelli; o assessor de comunicação Rafael Werkema; as  
24 assessorias jurídicas Sylvia Terra e Vitor Alencar e a coordenadora executiva Sandra Sempé. A  
25 sessão foi aberta às dezenove horas e 10 minutos (19h10min) pela Presidenta Maria Elisabeth  
26 Borges que, após cumprimentar todas as pessoas, apresentou a pauta que foi aprovada. A sessão  
27 foi iniciada com a recuperação de que o ponto das decisões relativas às futuras contratações  
28 (gestão financeira, gestão de pessoas, assessoria jurídica) que foram aprovadas na 249ª Reunião  
29 do Pleno, que naquela ocasião solicitou um estudo quanto às modalidades de contratação, perfis  
30 de profissionais e a viabilidade de realização de um processo seletivo. A presidenta informa as  
31 providências preliminares para as contratações aprovadas como necessárias e fez a apresentação  
32 de um documento com estudo preliminar elaborado no âmbito da Diretoria Executiva para  
33 subsidiar e orientar a discussão acerca da definição de perfis, requisitos e nomeação dos cargos,  
34 formação exigida, modalidades de contratação e da viabilidade de realização de um processo  
35 seletivo, para atuação nos seguintes campos: Gestão Financeira e Contábil; Gestão de Pessoas; e  
36 Assessoria Jurídica. Os conteúdos apresentados foram amplamente debatidos sendo registrado  
37 que os perfis e requisitos ora apresentados precisarão de aprofundamento, assim como também se  
38 mostrou necessária a alteração da Resolução 510/2007, pois no escopo do que foi avaliado como  
39 atribuições necessárias esta normativa não possui previsão para esta incorporação, desse modo,  
40 de imediato foram aprovadas as adequações para essas contratações e, posteriormente, a médio e  
41 longo prazo um estudo mais robusto para revisar o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração  
42 (PCCR) de forma que ele passe a atender às necessidades e exigências de conhecimentos técnicos  
43 que estão postos para as organizações públicas. Ao longo do debate, sugestões foram acrescidas  
44 quanto às denominações e modalidade de seleção, tendo sido aprovados os seguintes pontos: 1)  
45 para a atuação da assessoria jurídica a modalidade de cargo comissionado com o indicativo de

46 ainda se rever a redação de alguns itens das requisições; 2) para a atuação relativa à gestão de  
47 pessoas foi sugerido alterar a denominação para “gestão do Trabalho”; 3) sendo aproveitado o  
48 ensejo para se alterar a nomenclatura do projeto “menor aprendiz” para “aprendiz legal”; 4)  
49 quanto a atuação no campo financeiro apesar da necessidade da atribuição estar bem identificada,  
50 foi considerado que a denominação gestão financeira e contábil não explicita a distinção quanto a  
51 função de coordenação que há no PCCR. Diante disso, cabe considerar a urgência na  
52 recomposição dos cargos vagos em razão do pedido de exoneração do profissional que ocupava o  
53 cargo de coordenador financeiro e da assessoria jurídica que decidiu não renovar o contrato de  
54 prestação de serviços. Para tanto, cabe retomar as análises das assessorias jurídica e contábil para  
55 subsidiar as Ordenadoras de Despesas com o objetivo de se avaliar a viabilidade de contratação de  
56 profissionais, cujas necessidades foram debatidas, como cargos comissionados.  
57 **Encaminhamentos:** i) alterar o documento apresentado e o PCCR para contemplar as sugestões e  
58 adequações técnicas sugeridas pelo Pleno (Responsável: Diretoria Executiva representada por  
59 Maria Elisabeth Borges e Dácia Teles); ii). Comissão Permanente de Licitação (CPL) dará  
60 andamento à contratação de empresa para planejamento e execução do processo seletivo  
61 simplificado para proceder a seleção de profissionais para cargos comissionado, que são  
62 temporários de livre contratação e exoneração, a partir da definição de critérios objetivos, tais  
63 como currículo aderente às requisições; entrevista com candidatas(os) e elaboração de texto  
64 técnico (Responsável: Comissão Permanente de Licitação - CPL). Sendo explicitado que a  
65 empresa organizará o processo, mas a parte de avaliação técnica-política será de responsabilidade  
66 de conselheiras e das assessorias convidadas. Dando continuidade, quanto foi encaminhado, dadas  
67 as aprovações do ponto anterior, que a alteração na Resolução Cfess nº 510/2007 será na 253ª  
68 Reunião do Pleno em abril com apreciação dos itens do documento que forem modificados e da  
69 abertura da seleção de profissionais, considerando todas as sugestões e providências indicadas na  
70 discussão. **Encaminhamento:** Dar continuidade ao estudo para alteração da Resolução 510/2007  
71 (Responsável: Diretoria Executiva representada por Maria Elisabeth e Dácia Teles). Por fim,  
72 sobre a composição da mesa de negociação do ACT 2022-2023, inicialmente foi falado que (as)os  
73 trabalhadoras(es) informaram sua representação que será realizada por Andrey Moab, Diogo  
74 Adjuto e Sandra Sempé. Na continuidade, o Pleno indicou as conselheiras(o) Lylia Rojas, Dilma  
75 Franclin e Agnaldo Knevit. **Encaminhamento:** Enviar a minuta de ACT que o SINDECOF  
76 remeteu com as propostas para a Comissão, a ATA Contabilidade e para o assessor jurídico Vítor  
77 Alencar. (Responsável: Comissão de Negociação). Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a  
78 reunião pela Presidenta Maria Elisabeth Santana Borges e eu Daniela Moller, Conselheira 2ª  
79 Secretária, lavrei a presente ata, que assino em conjunto com a Presidenta do Conselho.

80 Brasília, 1º de maio de 2022.

81 **Maria Elizabeth Borges**  
82 Presidente

**Daniela Möller**  
2ª Secretária

83 **O Conselho Pleno reunido na 270ª Reunião Extraordinária, em 12/04/2023, designou a**  
84 **Conselheira Presidenta Elizabeth Borges para firmar as atas já lavradas e aprovadas, mas**  
85 **que ficaram sem assinatura da Conselheira 2ª Secretária Daniela Möller, que renunciou em**  
86 **19/04/2022, ato formalizado pela Resolução Cfess Nº 996 de 28 de abril de 2022.**